



## **Capitalismo Dependente Latino-americano e Contrarrevolução em Ruy Mauro Marini: estudos comparativos sobre Brasil e Chile**

Itamá Winicius do Nascimento Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

A presente pesquisa busca trazer uma análise histórica comparativa entre dois momentos marcantes da América Latina no século XX: trata-se dos golpes militares que assolaram Brasil e Chile. O primeiro golpe foi consumado em março de 1964, enquanto o segundo se configurou em setembro de 1973. Para realizar a comparação desses dois acontecimentos históricos de consequências nefastas para a região, utilizo como base teórica o sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini, conhecido dentro do Pensamento Social Brasileiro como um dos formuladores e expoentes da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente, América Latina, Brasil, Chile, Golpe Militar.

### **Capitalismo dependiente latinoamericano y contrarrevolución en Ruy Mauro Marini: estudios comparados sobre Brasil y Chile**

### **Resumen**

Esta investigación busca brindar un análisis histórico comparativo entre dos momentos emblemáticos de América Latina en el siglo XX: los golpes militares que devastaron Brasil y Chile. El primer golpe se llevó a cabo en marzo de 1964, mientras que el segundo tuvo lugar en septiembre de 1973. Para comparar estos dos acontecimientos históricos con consecuencias nocivas para la región, utilizo como base teórica al sociólogo brasileño Ruy Mauro Marini, conocido dentro del Pensamento Socialista Brasileño, como uno de los formuladores y exponentes de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD).

**Palabras-clave:** Capitalismo Dependiente, América Latina, Brasil, Chile, Golpe militar.

### **Latin American Dependent Capitalism and Counterrevolution in Ruy Mauro Marini: Comparative Studies on Brazil and Chile**

### **Abstract**

The present research seeks to bring a comparative historical analysis between two important moments in Latin America in the 20th century: it is about the military coups that devastated Brazil and Chile. The first coup was consummated in March 1964, while the second took

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE). E-mail: itama.nascimento@ufpe.br

place in September 1973. In order to compare these two historical events with harmful consequences for the region, I use the Brazilian sociologist Ruy Mauro Marini, known within the *Pensamento Brasileiro Social* as one of the formulators and exponents of the Marxist Theory of Dependence (TMD).

**Key words:** Dependent Capitalism, Latin America, Brazil, Chile, Military coup.

## Introdução

Nesta breve introdução, debato especificamente a obra de Marini, seu legado e ligações com os acontecimentos em debate. Então vale iniciar esse trabalho respondendo três perguntas elementares: a) quem foi Ruy Mauro Marini?; b) qual o legado de sua obra?; c) qual sua ligação com os golpes militares no Brasil e Chile?. Pois bem, Marini nasceu em Barbacena-MG e se formou em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE). Nessa época inicia sua atuação política como militante da juventude do Partido Socialista Brasileiro (PSB), depois se transferindo para a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). Logo em seguida parte para Brasília, onde cursará mestrado em Ciência Política na recém-fundada Universidade de Brasília (UnB). Nesta instituição, onde também começa a atuar como docente após convite realizado por Darcy Ribeiro, é que Marini conhece André Gunder Frank e dois intelectuais que no futuro serão cunhados como teóricos expoentes da TMD: falo dos também mineiros Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Sob liderança de Frank, será desenvolvida na UnB um orgânico grupo de intelectuais que terão como objetivo estudar as obras de Karl Marx, especificamente sua obra prima “O Capital”. Marini se reúne a esse grupo que pode ter seu contexto:

As leituras marxistas, sobretudo de *O Capital*, foram impulsionados por uma conjuntura de crítica ao capitalismo, mas responderam em geral à necessidade de afrontar as atrocidades cometidas por Stálin na antiga União Soviética e recuperar o prestígio da esquerda no campo intelectual; ao impacto da Revolução Cubana, que confrontava as teses do marxismo oficial dos partidos comunistas e sua confiança na aliança com uma suposta “burguesia progressista”; à necessidade de explicar os movimentos urbanos e rurais que ameaçavam o edifício nacional-desenvolvimentista e populista nesta parte subdesenvolvida do planeta [...] Os grupos de leitura de Marx pretendiam se diferenciar de uma tradição intelectual ensaísta e não fundamentada, necessariamente, em teorias gerais que corroborassem a análise empírica (WASSERMAN, 2017, p. 33).

O grupo de estudo que se desenvolveu na UnB buscava se diferenciar de outros grupos de estudos, como o desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP) onde, inclusive, saiu o que seria no futuro o principal adversário teórico/político de Marini: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Além disso e por conta de sua militância na POLOP, os intelectuais da UnB do qual Marini fazia parte, também buscaram se colocar

teórica e politicamente como uma alternativa ao reformismo do PCB e ao populismo do PTB; ambos presos na ideia de que era possível articular uma aliança com setores nacionalistas e progressistas da burguesia. Por conta de um complexo processo, debatido com extrema qualidade por Wasserman (2017) e Santiago (2017), a TMD de Marini sofreu um esquecimento atrelado a taxações que atrelaram suas obras a mero radicalismo. Como consequência disso, a maioria dos escritos de Marini sequer tem tradução para o português e sua carreira acadêmica foi desenvolvida fora do país.

Caminhando para o legado de sua obra, Marini teve o mérito de articular o Brasil à América Latina, exercício pouco observado dentro do Pensamento Social Brasileiro. Como parte integrante dessa região, nosso país sofreu e sofre mazelas típicas de um processo que marca os países latino-americanos: o capitalismo dependente. Dentro de suas reflexões sobre o capitalismo dependente latino-americano, Marini desenvolveu dois conceitos relevantes: superexploração do trabalho e sub-imperialismo. Sobre o primeiro conceito, considerado como uma consequência direta da atuação da burguesia local em seus países, podemos resumir da seguinte forma: “a força de trabalho estará sendo remunerada a um preço inferior ao seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração” (MARINI, 2017, p. 174).

O sub-imperialismo, também ligado à atuação dessa burguesia local, seria resultado do “surgimento de subcentros econômicos de acumulação mundial, que passaram a se distinguir do restante dos países subdesenvolvidos por terem atingido um grau médio na composição orgânica nacional” (LUCÉ, 2011, p. 25). O Brasil passa a atuar como um desses subcentros econômicos após o fim da Segunda Guerra Mundial e, diante do fracasso do projeto nacional-trabalhista que buscava o desenvolvimento do mercado interno como meio de alcançar o desenvolvimento autônomo, a burguesia brasileira passa a direcionar suas ações para a exportação de seus produtos em países vizinhos. Esses dois conceitos foram importantíssimos para as reflexões teóricas de Marini e suscitam, até hoje, diversificadas pesquisas que visam demonstrar sua gênese, aplicação, atualidade e limites.

Por último e encerrando essa introdução, vale salientar brevemente a ligação pessoal que Marini teve com os dois acontecimentos históricos que serão tema de comparação neste artigo. Professor na UnB, Marini perde o cargo e ruma para o exílio após o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Suas ideias e interpretações sobre o que levou a esse golpe, assim como suas consequências, foram reunidas em “Subdesenvolvimento e Revolução”; um dos documentos centrais dessa pesquisa. Exilado, Marini foge inicialmente para o México. Em 1971 ruma para o Chile, onde viveu intensamente o processo político que levou à vitória de

Salvador Allende em novembro de 1970. Professor da Universidade do Chile até o golpe de 1973, Marini atuou politicamente no país através do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) que assim como a POLOP no Brasil, buscava desenvolver uma práxis revolucionária de oposição ao reformismo do Partido Comunista. Sua vivência no Chile, resultou na obra “O Reformismo e a Contrarrevolução” onde Marini faz uma análise do que levou ao golpe militar em 1973, assim como suas consequências para a sociedade chilena.

A análise desses dois diagnósticos, em que Marini exerce uma contundente crítica ao reformismo brasileiro e chileno, traz como possibilidade uma comparação histórica que mostre pontos de contato entre esses dois acontecimentos obscuros na história da América Latina. É buscando identificar e analisar esses contatos que o presente artigo se lança, tomando como base teórica o próprio Marini. Entre os pontos de contato identificados e que serão analisados em seguida, destaco: a) o aguçamento da luta de classes nos dois países, mostrando a contradição entre capital x trabalho; b) o desenvolvimento de uma contrarrevolução burguesa, articulada por setores civis e militares sob patrocínio direto do imperialismo norte-americano, que surgiu como consequência das limitações do reformismo. Abaixo o artigo se dividirá em duas partes, onde discuto especificamente esses pontos de contato levantados, além das considerações finais e das referências bibliográficas que basearam essa pesquisa.

### **A nova dinâmica da luta de classes no pós-guerra: os casos de Chile e Brasil**

Existe um certo consenso entre os teóricos da TMD no qual Marini fez parte: todos passaram a acreditar numa nova configuração da luta de classes na América Latina, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse pós-guerra trouxe, segundo Bambilra (2019), um contexto específico em que os EUA tornaram-se a maior potência capitalista do mundo. Esse poderio norte-americano, superando outras potências capitalistas como a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França, motivou uma nova faceta da luta de classes na América Latina em que ela chamou de integração monopólica mundial. De modo sucinto, pode-se afirmar que essa integração teve uma consequência principal que foi a proliferação das empresas multinacionais “que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares” (BAMBIRRA, 2019, p. 123). Obviamente, Marini percebeu essas transformações conceituadas por Bambilra e tal indicação pode ser observada a seguir:

A economia que emerge deste processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto do que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a integração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação. Em seu aspecto mais global, este processo dá lugar a tendências contraditórias. Por um lado, reforça o sistema imperialista, conformando um centro hegemônico de poder – os Estados Unidos – que impulsiona e coordena a integração, garantindo-a com seu poder militar (MARINI, 2017, p. 53).

Essa necessidade de integração imperialista vem a sofrer resistências de setores das classes dominantes locais, especificamente a burguesia industrial, que passa a reivindicar o desenvolvimento de uma indústria pesada na região. Após um período de intensa industrialização durante a guerra por intermédio da substituição de importações, as burguesias latino-americanas passam a lutar por um desenvolvimento autônomo onde, segundo Marini, essa burguesia “lançará mão da pressão das massas urbanas, que haviam aumentado consideravelmente no período anterior, nos marcos de um jogo político normalmente conhecido como “populismo”” (MARINI, 2017, p. 57). Entretanto, tal projeto de desenvolvimento autônomo é frustrado, a burguesia industrial local cede às pressões do capital estrangeiro e os projetos políticos baseados nesse “populismo” enfraquecem e sofrem duros golpes militares, como os sofridos no Brasil em 1964 e no Chile em 1973.

Segundo Marini, “a causa fundamental deste fracasso se deve, em última instância, à impossibilidade da indústria se sobrepôr ao condicionamento que o setor externo lhe impunha desde seus primeiros passos” (MARINI, 2017, p. 60). Pois bem, mas qual a repercussão do abandono da burguesia industrial a um projeto político defensor de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil em 1964 e no Chile em 1974? O que esse abandono implicou no aguçamento da luta de classes nessas duas conjunturas? Pode-se afirmar que em ambos os contextos históricos analisados e comparados neste trabalho, se observa uma maior resistência da burguesia local (no caso, as burguesias industriais brasileiras e chilenas) às demandas da classe trabalhadora. Se antes essa burguesia utilizava esses trabalhadores como forma de pressionar o capital estrangeiro, agora ela busca travar o avanço político (qualitativo e quantitativo) desses trabalhadores, atendendo e se curvando aos interesses dos que se buscavam desenvolver a integração imperialista citada acima.

No caso brasileiro, um dos indícios principais dessa rendição da burguesia brasileira ao capital estrangeiro foi a Instrução 113, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Marini, essa instrução serviu como impulso à presença do capital estrangeiro (leia-se norte-americano) no país. A consequência dessa política cambial foi assim descrita pelo autor: “O fluxo de investimentos privados procedentes dos Estados Unidos alcançou, em menos de 5

anos, cerca de 2,5 bilhões de dólares, impulsionando o processo de industrialização e afrouxando a pressão que a deterioração das exportações tradicionais exercia sobre a capacidade de importar” (MARINI, 2017, p. 146). A resistência burguesa ao capital estrangeiro verificada durante os governos posteriores, principalmente o de João Goulart, foi liderada por setores médios e baixos dessa burguesia que diante da impossibilidade de Goulart em deter o avanço do movimento de massas logo se tornarão aliadas da grande burguesia que já tinha abandonado o projeto de desenvolvimento autônomo anteriormente. Diante desse processo:

No entanto, como demonstraram os fatos, o que estava em jogo para todos os setores da burguesia não era especificamente o desenvolvimento, nem o imperialismo, mas a taxa de lucros. No momento em que os movimentos de massa que defendem a elevação dos salários se acentuaram, a burguesia esqueceu suas diferenças internas para fazer frente a única questão que lhe preocupa de fato: a redução de seus lucros (MARINI, 2017, p. 150).

É a partir desse processo de unificação do bloco dominante que iniciam as diversas resistências ao governo Goulart, ocasionando na união civil-militar de cunho golpista que desencadeará no golpe de 1º de abril de 1964. Processo semelhante de unificação e resistência burguesa foi observada no Chile, durante o governo Allende. Tal resistência é mencionada por Marini no texto “A política econômica da “via chilena””, inserida na obra “O Reformismo e a Contrarrevolução”, quando o mesmo busca discutir as razões internas que levaram a desestabilização econômica no Chile pré-golpe:

As tentativas da UP para explicar o rumo tomado pelos acontecimentos giram, via de regra, em torno de fatos reais: a especulação, a sabotagem e o boicote empreendidos pela burguesia e pelo imperialismo; a queda dos preços internacionais do cobre nos dois primeiros anos do governo; as ações políticas desatadas pela reação, particularmente em outubro passado (MARINI, 2019, p. 133).

Essa sabotagem e boicote da burguesia chilena em concordância com os interesses do capital estrangeiro, entram em inteira concordância com as reflexões levantadas por Marini: segundo ele, após a Segunda Guerra Mundial existiu uma presença avassaladora do capital estrangeiro sobre o Chile, dominando majoritariamente o setor industrial. Segundo os números trazidos pelo autor, “comprovou-se que o capital estrangeiro incide basicamente na esfera da grande indústria: das 160 empresas estudadas pela Corfo, 51,3% possuíam participação estrangeira; em 23,2% delas, essa participação era superior a 50%” (MARINI, 2019, p. 88).

Essa mesma burguesia, associada e controlada pelo capital estrangeiro, não poderia tolerar sob seu território um avanço do movimento de massas como se observava no Chile

allendista. Avanço que, no campo industrial, pode ser medido pelo exemplo da ex-fábrica Yarur que foi a primeira a ser tomada e nacionalizada pelo governo. Os trabalhadores presentes nesta fábrica, estabeleceram avanços inaceitáveis para a burguesia industrial chilena como “a implementação de um sistema de coadministração com os trabalhadores”, onde sua oficina de manutenção foi transformada numa “fábrica de peças de reposição em resposta ao embargo não declarado dos Estados Unidos” (WINN, 2010, p. 121).

Embargo não declarado também sofrido pelo Brasil de Goulart, como bem analisa Bandeira: “Washington orquestrava, internacionalmente, a campanha contra a renovação dos créditos do Brasil, com o propósito de enfraquecer o Governo Goulart, desestabilizá-lo, através do bloqueio financeiro” (BANDEIRA, 1983, p. 109). Em suma, é possível perceber por intermédio das reflexões e análises realizadas acima que o abandono dessa burguesia local a um projeto de desenvolvimento autônomo, esteve ligado diretamente ao aguçamento da luta de classes configurada através da oposição cada vez mais nítida entre os interesses do capital e do trabalho.

### **Contrarrevolução burguesa a serviço da integração imperialista**

Como vimos acima, a burguesia latino-americana ao abandonar um projeto de desenvolvimento autônomo se aproxima e vira representante local dos capital estrangeiro. Em articulação com esse capital estrangeiro, representado pelo imperialismo norte-americano através de suas multinacionais e Estado, tal burguesia passa a organizar uma contrarrevolução contra os governos que buscavam desenvolver autonomamente seus países; caso do trabalhismo de Goulart e do socialismo democrático de Allende. Esses dois governos passaram a enfrentar uma resistência burguesa com repercussão política e econômica desastrosas. Repercussão que terá como desfecho os golpes militares de 1964 e 1973 no Brasil e Chile, respectivamente.

Essa contrarrevolução, tanto no Brasil quanto no Chile, colocou seus tentáculos entre civis e militares. No âmbito civil, organizações variadas, partidos e personalidades políticas fizeram parte deste processo contrarrevolucionário. Já no âmbito militar, a contrarrevolução atuou exemplarmente entre diversos segmentos das Forças Armadas, tanto que os golpes de Estado em questão foram protagonizados por fardados. Civil e militarmente, tal processo contou com o patrocínio dos EUA, potência imperialista interessada em desestabilizar e derrubar tais governos. Mas antes de entrar na atuação propriamente dita desses contrarrevolucionários e as posições de Marini, vale esclarecer o porquê da utilização do

termo “contrarrevolução”. Para existir uma contrarrevolução, se faz necessário a existência de uma revolução.

De fato, os governos de Goulart e Allende não brotaram de processos revolucionários clássicos como foi observada na Rússia em 1917 ou China em 1949. No caso de Goulart, sequer sua figura e tradição política se encaixa no movimento comunista revolucionário, já que estamos falando de um trabalhista. Porém, cada um a sua maneira, ambos os governos buscavam desenvolver em seus países processos de transformações estruturais que dentro da América Latina, marcada pelo capitalismo dependente, podem ser consideradas revolucionárias.

Dentro do processo histórico da contrarrevolução burguesa na América Latina, associado intimamente com o movimento fascista na região, ela reage seja a processos revolucionários dentro ou fora da ordem. Por dentro ou fora da ordem, entende-se processo políticos de cunho reformista ou revolucionário. No caso dos governos em debate, estamos diante de dois processo reformistas que sob a ideologia trabalhista ou socialista democrática, angariava uma maior democratização da estrutura rígida do capitalismo dependente. Diante disso, tal contrarrevolução é marcada por “um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política na periferia” (FERNANDES, 2015, p. 36).

No Brasil, a contrarrevolução burguesa começa a partir de 1961 pois “as forças populares ganhavam autonomia de ação e tais crises se resolviam cada vez menos facilmente através de acordos palacianos” (MARINI, 2017, p. 106). Após a adesão em bloco da burguesia (somando grande, média e pequena) ao processo contrarrevolucionário, contou com ajuda da pequena-burguesia reacionária, servindo esta de base com mobilizações nas ruas como a conhecida Marcha da Família com Deus e pela Liberdade. Inclusive, segundo Marini, essa marcha de “respaldo que os militares receberam da pequena-burguesia” (MARINI, 2017, p. 105) para o golpe avançar militarmente. Já sobre a participação estrangeira no golpe civil-militar de 1964, afirmou o autor:

Mesmo rechaçando a interpretação simplista que quer enxergar no golpe de abril uma ação exterior à realidade brasileira, não pretendemos negar a existência e a importância da influência estadunidense nos acontecimentos, não só, como assinalamos, através da atuação da Embaixada dos Estados Unidos no Rio e de organismos como o IBAD, mas também através da política de vinculação das forças armadas do Brasil à estratégia do Pentágono (MARINI, 2017, p. 108).

Confirmando o que mencionei acima, Marini tinha a ideia de que essa participação ou intervenção imperialista dos EUA alcançava setores civis e militares, mostrando sua

expansão no seio da sociedade brasileira. Já no Chile essa contrarrevolução burguesa avança através de uma crise interna que contava com estrangulamento da economia chilena externamente, lucros não reinvestidos da burguesia chilena, desabastecimento e o desenvolvimento do mercado paralelo como consequência. Todos esses problemas desecandeados graças ao boicote da burguesia chilena em conjunto com os interesses do capital norte-americano.

O momento onde essa contrarrevolução avança até o golpe foi marcado pela greve patronal de 1972 onde, segundo Marini, “Jamais uma sociedade latino-americana pôde observar tão claramente o enfrentamento aberto, sem rodeios de nenhum tipo, entre o capital e o trabalho” (MARINI, 2019, p. 53). Assim como no Brasil, os militares tiveram papel fundamental na contrarrevolução e após concessões equivocadas do governo Allende a esse setores foi possível observar no Chile, mesmo antes do golpe de Estado, o seguinte: “Os setores golpistas das Forças Armadas desataram uma onda de invasões às fábricas, visando colocar em conflito soldados contra operários, preparar os primeiros para as tarefas repressivas que lhes seriam reservadas e desmoralizar os trabalhadores e a esquerda (MARINI, 2019, p. 61).

Por fim, essa contrarrevolução tinha raízes externas, como bem aponta Winn. Dias após a posse de Allende, o governo norte-americano “rejeitou a busca de um “*modus vivendi* com o governo Allende”, mas ao invés de organizar uma oposição explícita e direta, optou estrategicamente pela “adoção do que é na verdade uma postura hostil, mas não explícita” (WINN, 2010, p. 156) observada através de obstáculos a economia chilena. Desta forma, Chile e Brasil se igualam ao terem sido palco de uma contrarrevolução burguesa que não só tinha presença civil e militar, como também era financiada e apoiada por aliados externos com interesses econômicos bem definidos.

### **Considerações Finais**

Durante esse artigo foi possível identificar, com base nas reflexões teóricas de Ruy Mauro Marini, certa aproximação entre Brasil e Chile com relação as conjunturas pré-golpes de 1964 e 1973. Em ambos os períodos foi possível identificar: a) o desenvolvimento da luta de classes, configurada tradicionalmente na disputa entre capital x trabalho, incentivada por uma nova configuração do capitalismo dependente em que as burguesias locais abandonavam projetos autônomos de desenvolvimento e se associavam ao capital estrangeiro; b) o surgimento de uma articulada contrarrevolução burguesa que, tendo sua

influência entre civis e militares, buscou criar uma desestabilização política e econômica que tornasse propícia uma ação de cunho golpista. Dessa forma, inserindo historicamente o Brasil à história dos seus vizinhos, é possível perceber pontos de comunicação entre seus processos históricos e também a relevância das reflexões de Marini nesse processo de integração brasileira ao continente.

## Referências

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2019.

BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LUCE, M. S. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. A História de uma categoria. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, R. M. **O Reformismo e a Contrarrevolução: estudos sobre o Chile**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SANTIAGO, R. L. **Visões do Capitalismo: conflito e transformação no campo intelectual das teorias da dependência**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

WASSERMAN, C. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WINN, P. **A Revolução Chilena**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 20